

Um apelo à razão. Eduardo Lourenço, a aporia do retornado e a questão da culpa colonial

An Appeal to Reason. Eduardo Lourenço, the Retornado's Aporia and the Question of the Colonial Guilt

Rebecca Bentes
Saldanha Pereira
Universidade de Bolonha (UNIBO)
Bolonha | BO | IT
rebeccasaldanha1@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0724-4668>

Resumo: Esta contribuição constrói-se como uma reflexão sobre o poder colonial português e a atribuição da culpa colonial, que, após a descolonização, foi atribuída à figura do “retornado”, o (ex-) colono. O fim do colonialismo como fenómeno histórico, não corresponde à superação de velhas molduras conceituais herdadas do olhar colonial e da ideologia luso-tropical. Seguindo a perspetiva acutilante de Eduardo Lourenço, que desvela precocemente a relação simbólica e problemática entre Portugal – a ex-colónia brasileira – e os territórios portugueses em África, procura-se expor alguns aspetos ainda em abertos e ligados ao passado colonial. Nos anos convulsos da descolonização, o apelo de Lourenço constitui um convite lúcido à razão, a partir do qual as trilhas críticas revelam permanências coloniais, riscos interpretativos e possibilidades.

Palavras-chave: Eduardo Lourenço; retornado, poder colonial, luso-tropicalismo, culpa colonial

Abstract: This contribution is constructed as a reflection on Portuguese colonial power and the attribution of colonial guilt that, after decolonization, was attributed to the figure of the “retornado”, the (ex-)colonist. The end of colonialism as a historical phenomenon does not imply the possibility of overcoming old conceptual frameworks inherited by the colonial perspective and, notably, by luso-tropical ideology. Following the sharp perspective of Eduardo Lourenço, who reveals at an early stage the problematic symbolic relationship of power between Portugal, the former Brazilian colony and the Portuguese territories in Africa, an attempt is made to expose some aspects that are still open and



linked to the colonial past. In the convulsive years of decolonization, Lourenço's appeal is a lucid invitation to reason from which critical trails reveal permanence, interpretative risks and possibilities.

Keywords: Eduardo Lourenço; *retornado*; colonial power, luso-tropicalism; colonial guilt

A vitalidade dos debates públicos desencadeados pelo 25 de abril de 1974 mostra a força da transformação cultural que marcou Portugal após o fim da ditadura do Estado Novo e do colonialismo em África.¹ Pela primeira vez em quase meio século, o país conquistava a liberdade de questionar e pluralizar a narrativa única imposta pelo discurso oficial. Tratava-se de uma oportunidade de reestruturar aquela “moldura epistemológica” que, como assinala Rajeev Bhargava (2013, p. 414), corresponde justamente ao “sistema de significados elaborado historicamente, suportado pela coletividade e através do qual o grupo avalia a vida individual e coletiva” (Bhargava, 2013, p. 414, tradução própria).² No entanto, como observa Sousa Ribeiro, a afirmação de modelos alternativos, inaugurada pela virada revolucionária foi em parte reabsorvida pela lógica política anti-colonial e anti-ditatorial dominante. Nas suas palavras: “os caminhos para a transformação da sociedade portuguesa no plano cultural foram bloqueados também pelo peso da lógica institucional dominante no campo intelectual” (Ribeiro, 1986, p. 12).

A afirmação dos valores democráticos trouxe à superfície um leque de contradições cuja resolução, em alguns casos, permanece por cumprir. Apesar do fim da censura salazarista, muitos assuntos continuaram a ser silenciados e a urgência dos problemas sociais, políticos e económicos que se impunham à sociedade relegava para o segundo plano os aspetos mais sombrios do passado colonial, da guerra e da descolonização. Em nome de uma “lógica imediatista” (Ribeiro, 1986, p. 13) não houve espaço para uma reflexão profunda e partilhada sobre os fantasmas imperiais que continuaram a pairar livres sobre a sociedade portuguesa. O 25 de abril, por outras palavras, não marcou o esgotamento das questões e dos paradigmas coloniais. Citando Sousa Ribeiro:

[O] 1974 não constituiu, neste como noutras domínios, uma espécie de ano zero, que teria permitido equacionar as questões em termos libertos para sempre da ganga de um passado que ficara para trás. [...] Esvaziada a mitologia cultural do velho regime, pareceria que iria ser substituída pacificamente pelo projeto já consolidado nos longos anos da resistência. [...] Tudo se oferecia com a evidência da simplicidade (Ribeiro, 1986, p. 13-16).

Vale a pena lembrar, conforme a reflexão canónica de Hall (1996, p. 248), que o momento pós-colonial não representa a superação do colonial, mas evidencia, pelo contrário,

¹ Este artigo insere-se numa reflexão mais ampla que a autora desenvolveu em diferentes contextos, incluindo a sua tese de doutoramento em Histórias, Culturas e Políticas do Global, discutida na Universidade de Bologna em 2023 e orientada pelo professor Roberto Vecchi.

² “An epistemic framework is a historically generated, collectively sustained system of meanings and significance by reference to which a group understands and evaluates its individual and collective life”.

a proliferação das diferenças já existentes – diferenças essas que inviabilizam uma distinção dicotómica entre realidades e sujeitos na verdade heterogêneos. De forma significativa, Hall sublinha, ao citar Ella Shohat, que o momento pós-colonial confunde a distinção entre colonizadores e colonizados (Hall, 1996, p. 243). A dissolução de fronteiras como consequência das descolonizações, revela-se ainda mais evidente no caso do fim do colonialismo português. O contexto de colonização em língua portuguesa foi marcado por uma estratégia peculiar: a valorização aparente e superficial da diferença, o que permite ao colonizador exercer a violência através de um certo mimetismo retórico – uma retórica que disfarçava a dominação sob a aparência de convivência.

Na hora pós-colonial portuguesa, a marginalização das aporias ligadas à guerra em África – levada a cabo pelo mesmo exército responsável pela derrota do Estado Novo – e a estigmatização dos “retornados”,³ os antigos residentes na África colonial e os principais derrotados, em termos materiais, pela perda do império, contribuíram para a consolidação do processo de construção democrática dentro de uma leitura dicotómica e colonial da realidade. A este quadro juntou-se ainda a persistência do racismo enquanto comportamento enraizado no tecido social e cultural da nação.

O regresso dos soldados portugueses e a ressaca afro-lusitana – vivida pelos portugueses vindos de avião, de navio e de sonhos imperiais passados e problemáticos – resultaram de uma expulsão violenta das antigas colónias. O retorno trouxe para o espaço público em construção a questão dos restos materiais e conceituais dessa aventura imperial longamente celebrada.

A figura do retornado sintetiza os elementos dramáticos de uma subjetividade marcada por um discurso nostálgico em relação à África colonial, onde o ressentimento pela perda daquele território enquanto espaço de pertença convive, de forma problemática, com uma visão idealizada de um contexto colonial racista. Tal visão contribui para a ocultação das responsabilidades individuais, bem como da responsabilidade histórica de Portugal enquanto potência colonial. O tema da “culpa colonial” não chama apenas em causa os retornados e os seus destinos privados, mas também interpela a memória pública de um país relativamente à violência exercida ao longo dos séculos. Trata-se de uma questão ainda em aberto, apesar do tempo passado desde o fim da presença portuguesa em África. Este debate voltou recentemente ao espaço público português, como evidenciam as declarações do Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, em 2023.⁴ O chefe de Estado tem vindo a afirmar que Portugal “deve pagar custos da escravatura e dos crimes coloniais” reconhecendo o país como “responsável pelos crimes cometidos durante a escravatura transatlântica e a era colonial”. Essa suposta assunção total de responsabilidade pelos erros do passado representa um sinal importante perante uma longa história de abusos, as mágoas ainda presentes demonstram o caráter inacabado, no plano simbólico, da descolonização. O fim do colonialismo em África constitui, portanto, apenas uma fase do processo de desmontagem discursiva da violência colonial e das suas múltiplas consequências. A ocultação da memória colonial resultou

³ As aspas visam enfatizar a insuficiência dos termos “retornado” e “retorno”. A palavra “retornado” identifica o residente das antigas colónias portuguesas em África de volta a Portugal. Contudo, muitos deles chegaram à antiga metrópole pela primeira vez só depois do 25 de abril.

⁴ ADAM, Mariana. “Portugal deve ‘pagar custos’ da escravatura e dos crimes coloniais, diz Marcelo”, *Público*, Lisboa. 24 abr. 2024, Disponível em: (<https://www.publico.pt/2024/04/24/politica/portugal-pagar-custos-escravatura-crimes-coloniais-marcelo-2088143>). Acesso em: 4 mar. 2025

em parte da rápida mudança de um discurso político que substituiu à retórica colonialista como uma “pedagogia da descolonização” (Lourenço, 2014, p. 245), para usar a expressão de Eduardo Lourenço. Embora necessária, essa pedagogia transformou o projeto colonial – até então indissociável do império – em uma questão delegada apenas aos que vinham de África, deslocando a responsabilidade coletiva para um grupo restrito.

Ao chegarem à margem europeia desprovidos da legitimidade construída pelas narrativas imperiais, os protagonistas da descolonização portuguesa – os retornados, os ex-colonizadores – encarnam a aventura secular portuguesa desde os “descobrimentos” até o fim da colonização, condensada nos seus corpos deslocados forçadamente, num colapso de tempos históricos e de mitologias coloniais. A “história de regressos”, citando a obra seminal de Margarida Calafate Ribeiro, onde a autora realiza uma análise minuciosa das imagens do “império” enquanto objeto cultural problemático na genealogia de Portugal, é também uma história de sujeitos basculantes (Ribeiro, 2004).

Neste sentido, como figura suspensa entre o Atlântico e a Europa, o retornado dificulta a articulação de um discurso de pertença ancorado no mapa simbólico de fronteiras nacionais, irremediavelmente desfiguradas pelo tamanho dos “impérios” que toda a Europa ia construindo. A figura do migrante da (des)colonização coloca a interrogação sobre a questão da culpa atribuível àqueles europeus já “outros” depois da vivência africana – e, por consequência, sobre que tipo de violência colonial exercida por Portugal ao longo da sua história imperial. Na tentativa de definir o retornado, essa figura diferencial do fim do tempo, talvez seja possível descodificar parte daquela violência ocultada e disfarçada por um discurso ideológico português “lusotropical”⁵ que, ainda hoje, persiste.

Numa constante tentativa de interrogar a identidade de Portugal através do plano cultural das representações e a partir da trajetória colonial, Eduardo Lourenço proporcionou um olhar crítico e lúcido sobre os acontecimentos e os discursos produzidos pela nação acerca de si própria. A partir do final dos anos cinquenta, no que diz respeito à questão do exercício do poder colonial em África durante a ditadura, Lourenço define uma trilha crítica fundamental numa outra (ex-)colónia portuguesa: o Brasil. No contexto ex-escravagista da Bahia, expressão do “Brasil profundo” segundo Leite (2009, p. 303), Lourenço leciona como professor universitário durante o ano letivo de 1958-1959. A imersão na realidade brasileira marca um momento de viragem no processo de descodificação do dispositivo na base das relações coloniais. Em particular, a visão dos rastos da escravidão e o contato com as ideias de Gilberto Freyre mostraram-lhe a persistência de uma violência simbólica que, apesar do fim formal do colonialismo português na América Latina, continua a operar na contemporaneidade.

Dentro do enredo ideológico salazarista, Lourenço deteta uma dobra que liga a imagem do colonizador lusitano a imagem do ex-colonizado brasileiro. Este laço atlântico, contudo, não se limita apenas às duas margens – a europeia e a americana – mas chama em causa um terceiro elemento: a África colonial. Nos anos cinquenta, a ditadura do Estado Novo mantém um diálogo instrumental com o Brasil, com o intuito de estender a sua influência a outras geografias. Portugal aproveitaria a imagem do Brasil enquanto “colónia exemplar”

⁵ Uma reflexão sobre o luso-tropicalismo foi desenvolvida pela autora desse artigo no texto, PEREIRA, Rebecca. “Ripensando l’”eccezione” portoghese. (Post)memorie traumatiche nel contesto post-coloniale lusofono”, em BELLIA, L., CASALES, F.; CIAPPI, E. (org.). *Conflicting subjects: between clash and recognition*, Pavia: Pavia University Press, 2022, p. 63-79.

para continuar a legitimar o seu projeto colonial também nas latitudes tropicais africanas. De acordo com esta elaboração discursiva, a ação colonial portuguesa, supostamente isenta de violências, teria produzido a sociedade brasileira “multirracial”. O Brasil seria o produto de uma colonização pacífica, “não racista”, garantida pela “mestiçagem” enquanto prova da boa convivência entre os colonizadores e os colonizados. Em síntese, a condição pós-colonial do Brasil “mestiço”, funcionaria, nas palavras de Lourenço, como “caução ideológica da cruzada africana” (Leite, 2009, p. 306).

No artigo intitulado *A propósito de Freyre (Gilberto)*,⁶ publicado pela primeira vez em 1961 no jornal *O Comércio do Porto*, a leitura edulcorada do Brasil colonial desenvolvida por Gilberto Freyre inicialmente na obra *Casa grande e senzala* (1933), é alvo de uma crítica severa por parte do filósofo. Publicadas nos anos trinta e aproveitadas pela propaganda salazarista só depois da Segunda Guerra Mundial, as leituras freyrianas permitem equivocar a proximidade física e quotidiana entre brancos e negros, representada plasticamente pela imagem da casa do colonizador e da senzala, por uma união harmoniosa, tornada visível pela mestiçagem. Noutro texto, publicado pela primeira vez no jornal *Portugal Livre* em 1960 e sucessivamente incluído na obra o *Fascismo nunca existiu* (1976), para além de considerar as teorias elaboradas por Freyre como “burlescas invenções” (Lourenço, 2014, p. 35) o autor denuncia a tentativa do sociólogo de ocultar o racismo que viabilizou, de facto, a escravidão – a instituição fundacional da sociedade brasileira.

A crítica vem à tona no artigo dedicado à visita do presidente brasileiro Juscelino Kubitschek a Portugal por ocasião das Comemorações Henriqueas. *Em Brasil: caução do colonialismo português* (2014)⁷ Lourenço critica duramente a viagem presidencial. Para além de reconhecer o jogo político luso-brasileiro – que visa fortalecer a legitimação mútua do governo ditatorial português e do governo democrático brasileiro – Lourenço desmonta a manipulação levada a cabo pelo Estado Novo ao instrumentalizar a imagem do Brasil de Kubitschek, convertendo a “ex-colónia” num capital simbólico positivo para a consolidação da causa colonial portuguesa em África. Como afirma Lourenço:

A antiga colónia, a colónia-tipo, o prodígio Brasil que tomaria jubilosamente o *Boeing* para vir proclamar a um mundo apaixonado e injusto a grandeza única da obra portuguesa. Não é como democracia, não é como nação irmã que o Brasil tem uma relação directa com os fins visados pelas famigeradas “Comemorações”, é como “antiga colónia” que todos os portugueses trazem todos na lapela da alma como a mais exaltante das flores. E o imperdoável da parte de Kubitschek foi deixar servir o que há de profundo e sério nesta mitologia para cobrir o que nela sempre houve de contestável, e hoje em dia, de intolerável (Lourenço, 2014, p. 29-30).

No mesmo texto, o autor sublinha um outro aspeto crucial para a compreensão da complexidade do contexto colonial de língua portuguesa e que remete para um problema estrutural na definição da dinâmica do poder colonial português. Em causa está a problemática proximidade entre a condição de opressão dos portugueses da metrópole – vítimas da

⁶ LOURENÇO, Eduardo. “A Propósito de Freyre (Gilberto)”, *O Comércio do Porto*, 11 jul. 1961. Mais tarde publicado em *Ocasionais I – 1950 – 1965*. Lisboa: Edições Regras do Jogo, [1984?].s.p.

⁷ Texto contido no volume *Do colonialismo como nosso impensado*, curadoria de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi, Lisboa: Gradiva, 2014, p. 21-35.

ditadura do Estado Novo – e a dos seus colonizados, vítimas, por sua vez, do colonialismo. A coexistência das duas condições de opressão – se bem que não coincidentes – dificulta o reconhecimento da violência ambivalente e, consequentemente, impede a definição clara da culpa portuguesa em relação aos abusos coloniais perpetrados ao longo da história. Como afirma Lourenço em “Brasil: caução do colonialismo português”:

A raiz verdadeira, porém, de tão estranha permanência e difusão do mito do nosso colonialismo “diferente dos outros” reside na identidade substancial das situações metropolitana e colonial, ambas coloniais, a tal ponto que salvas certas manifestações tipicamente esclavagistas e cada vez mais incompatíveis com os tempos, com a melhor consciência do mundo *o colonizado da metrópole não acha muito estranha a situação do colonizado das províncias* nem a má consciência o apavora quando se comporta diante dele como no fundo o senhorio da Metrópole se comporta com ele. A nossa idílica harmonia colonial, condimentada com epiderme exótica e alguma água benta, repousa sobre esta cinzenta identidade (Lourenço, 2014, p. 32).

Na segunda metade do século XX, a idealização do Brasil contribui, de facto, para a construção da “inocência” de Portugal perante a sua obra de colonização em África. O termo “inocência” utilizado por Lourenço, carrega uma intencionalidade irónica: visa expor uma culpa encoberta e retoricamente construída, muito mais do que uma verdadeira ausência de crime. A suposta harmonia entre as raças constitui uma distorção ótica que sustenta um colonialismo sem culpa ou, na definição de Lourenço, o proveitoso “colonialismo inocente” português. Como é notório, Lourenço desenvolve uma denúncia persistente do colonialismo nos vários textos-chave – sobretudo nos ensaios reunidos no livro *Do colonialismo como Nossa Impensado* (Lourenço, 2014). Ao sublinhar a importância dos laços simbólicos e discursivos entre a imagem da “metrópole” e da “colónia”, nomeadamente o Brasil, Lourenço cria uma ligação entre a ocultação da violência que sustenta a ação portuguesa em África e a própria definição do poder português.

A reflexão lourençiana revela, pelo menos, dois aspetos que importa destacar. Em primeiro lugar, o colonialismo português é enquadrado como um fenómeno global – isto é, não restrito a um espaço geográfico específico, mas antes interpretado à luz de uma força discursiva que, ao longo dos séculos, tem vindo reativar historicamente o projeto colonial. Em segundo lugar, o filósofo mostra uma dobra problemática na narrativa colonial portuguesa que produz implicações na descodificação da violência colonial no seu “depois”, ou seja, após o fim definitivo da experiência colonial representada pela descolonização de África, pelo menos no plano formal. Essa dobra favorece a ocultação da violência colonial através da valorização da diversidade como razão supostamente pós-colonial que impede a definição clara da relação de força entre o colonizado e o colonizador, da identidade dos dois e, consequentemente, da atribuição da culpa ao colonizador.

A definição da violência e a atribuição das responsabilidades aos culpados, por sua vez, têm diretamente a ver com a configuração da política da memória sobre o passado colonial, ou seja, com os processos de construção da memória pública. Depois de abril, a visão sobre o passado africano elaborada pelos retornados deriva justamente da introjeção do discurso luso-tropical configurado pelo salazarismo e reproduz, através da memória, uma ima-

gem distorcida das realidades coloniais africanas, descritas como “paraísos” (ainda por cima perdidos), justamente mediadas pelo mito do Brasil multirracial.

Embora a descolonização tenha possibilitado a progressiva desmontagem da linguagem colonial, esse gesto político fundamental ainda não conseguiu, e talvez nunca consiga de forma definitiva, romper com os mitos coloniais. O questionamento levado a cabo pela crítica cultural define um processo inacabado, as memórias sobre o passado colonial português, citando o recente trabalho de Miguel Cardina, estão em constante estado de “atrito”, entre as atualizações de velhas mitologias que substituem o império pelo espaço virtual da Lusofonia e as tentativas de denunciar a permanência do racismo na linguagem e na prática quotidiana. A sobrevivência da “vulgata lusotropicalista”, em particular, deve-se à incapacidade de aceitar a natureza violenta do colonialismo e da herança colonial depois do fim do império enquanto realidade política (Cardina, 2023, p. 44).

A tentativa de ultrapassar os traumas ligados à guerra colonial e ao êxodo dos portugueses do Ultramar entra em conflito com a dificuldade de assumir a prática histórica da violência e de integrar o português vindo de África na sociedade democrática. Por sua vez, a dificuldade de definição deste sujeito produz a impossibilidade de inscrever no espaço público o tema da responsabilidade e da culpa para além da insuficiente, embora necessária, dicotomia que contrapõe o colonizado e o colonizador. Nesse sentido, o retornado representa uma figura trágica e de limiar na qual recai não só o drama privado e material da perda da casa (colonial), como também todo o peso do mito de uma colonização que se definiu como “não violenta”, mas pela qual foi reconhecido como culpado pela opinião pública portuguesa.

Nos anos do Processo Revolucionário em Curso (PREC) o limite de interpretação sobre o retornado é revelado pela proliferação de definições, todas parciais e insuficientes. A identificação do retornado como o “português de África”, branco, ignora a heterogeneidade do grupo de pessoas que chegaram a Portugal em consequência da descolonização e revela uma postura discriminatória sobretudo em relação aos sujeitos negros que fugiam de África e que também chegaram a Portugal depois do 25 de abril de 1974. A genealogia do termo “retornado” liga-se à criação de uma instituição pública criada em março de 1975 e revela uma postura conservadora. O objetivo do Instituto de Apoio aos Retornados Nacionais (IARN), foi o de sustentar social e financeiramente os portugueses vindos das antigas colónias, mas que já possuíam laços afetivos na ex-metrópole. Entre 1974 e 1975, todas as colónias, exceto Macau, tornaram-se independentes, desencadeando a deslocação forçada de cerca de meio milhão de portugueses provenientes de África. Trata-se do maior movimento migratório da história recente de Portugal, conforme relata Pires (2003, p. 132). Juntamente com os chamados “metropolitanos”, embora em menor número, chegaram a Portugal também os africanos que não tinham laços familiares no país. De acordo com os dados do censo de 1981 relatados pelo sociólogo português Rui Pena Pires (2003, p. 200) a maioria dos repatriados veio de Angola (61%), seguida por Moçambique (34%). Conforme sublinhado por Kalter (2017), porém, a metrópole não é o único destino dos retornados portugueses. Embora a maioria deles tenha escolhido Portugal como destino principal, muitos optaram pela Rodésia, pela África do Sul, pelo Brasil, pela Argentina, pelo Canadá e pelos Estados Unidos.

É significativo notar como o quadro jurídico do retorno tinha como objetivo específico a criação de um filtro legal para a gestão da onda migratória proveniente de África. Por outras palavras, as medidas legais adotadas visavam excluir a componente não branca e nativa das colónias. Houve, de facto, uma alteração da Lei da Nacionalidade, introduzida a partir da

emanação do Decreto-Lei nº 308-A/75, de 24 de junho de 1975. Antes da alteração, todos os residentes nos territórios ultramarinos eram considerados portugueses. O Decreto de 24 de junho de 1975 substitui o princípio do *ius solis* (direito que vem do solo), pelo *ius sanguinis*, o direito baseado nos laços familiares, ou seja, os laços de sangue. A nova lei excluía da cidadania todos aqueles indivíduos que não podiam demonstrar uma ascendência portuguesa até ao terceiro grau de parentesco.

Os critérios de acesso à cidadania portuguesa e a criação do IARN mostram como a definição de “retornado” foi elaborada a partir de uma ideia de regresso como condição transitória ditada precisamente pelas circunstâncias da descolonização (Pires, 2003, p. 230-231). A implementação das medidas que definem o perfil sociológico do retornado como “já português”, não só privilegiava a sua reintegração económica na sociedade metropolitana – limitando os efeitos da descolonização à migração de “nacionais” que se dirigiam à metrópole –, mas contribuem, sobretudo, para a construção de um imaginário problemático e exclusivo sobre a figura do migrante da descolonização e, consequentemente, sobre a identidade de Portugal no momento pós-colonial. A identidade do sujeito vindo das antigas colónias era a de um nacional que precisava apenas de ser reintegrado (o que já revela a contradição) dentro da nova moldura democrática em fase de construção. Para Kalter (2017, p. 108) uma das principais razões por detrás da limitação tem a ver com a vontade do governo português de impedir a migração de militares africanos das colónias depois do fim da guerra colonial.

A imprensa da época retrata o retornado entre dois polos: da vitimização e da culpabilização. Por um lado, os que chegaram foram associados à imagem dos refugiados e tornaram-se objeto da compaixão dos portugueses da metrópole. Muitos retornados viram os seus familiares mortos e os seus bens saqueados. Os termos usados pela imprensa incluem “retornados”, “desalojados”, “desterrados do Ultramar”, “refugiados” e “deslocados” (Dacosta, 1984). É notória a imagem dos retornados hospedados em hotéis – uma representação mais concreta da crise humanitária vivida por “nacionais” desnorteados e sem casa. Numa reportagem de 1984, o jornalista Fernando Dacosta escreveu:

Ninguém sabe ao certo quantos são. Alguns referem oitocentos mil, outros um milhão e meio. Vieram por barco e por aviões, golfados em caudais intermináveis de desespero e desamparo. Imobilizaram-se ao frio, ao pudor, ao cansaço. O eco do seu êxodo, sem bíblia nem Israel, condoueu então o mundo. O velho império português retornava cabisbaixo, naufragado, às praias de onde, cinco séculos atrás, partira para uma epopeia de façanhas imorredoiras (Dacosta, 1984, p. 7).

Por outro lado, a narrativa de crise foi também acompanhada pela representação dos portugueses das antigas colónias como “colonizadores”, culpados por serem “exploradores dos negros”. Nesse caso, os desembarcados de África ocupam o polo oposto de uma relação conflituosa que os contrapõe aos assim chamados “portugueses da metrópole”, os quais não conheciam África, mas tinham vivenciado a brutalidade do regime do Estado Novo. Os retornados, para além da imagem que os representava como “vítimas”, foram também considerados como os principais responsáveis pela guerra colonial enquanto agentes do colonialismo perpetrado pelo regime salazarista. O rosto ambivalente do retornado possui, portanto, traços duplos, espelhando uma identidade sem síntese e problematamente anti-dialética. A tentativa de recomposição desta figura, a partir da integração de elementos contraditórios, implica correr o risco de excluir uma parte da verdade sobre a violência, seja ela aquela que

o define como responsável pelo projeto colonial, seja aquela que o identifica como vítima da política ditatorial da metrópole e da descolonização. A coexistência destes diferentes componentes na condição do migrante da descolonização, juntamente com a impossibilidade de alcançar uma síntese exaustiva, exige uma leitura pontual e atenta no que diz respeito à construção da auto-representação e à memória do retorno.

Sobretudo em relação aos colonos de primeira geração, nascidos em Portugal, a elaboração da memória colonial é essencialmente reivindicativa, articulando-se como uma denúncia da descolonização enquanto momento traumático que representa e simboliza a perda de África como espaço dos afetos. *O Jornal o Retornado*, dirigido por Arthur Ligne, jornalista nascido em Angola, ilustra bem esse aspeto. Publicado a partir de 1976, o jornal adota um tom dramático e reivindicativo. O traço crítico ligado à ideia de perda injusta reflete-se também na sua perspetiva não crítica acerca de uma realidade construída a partir do abuso colonial. O jornal aborda a guerra colonial, os diversos contextos da África de língua portuguesa; publica artigos polémicos contra as políticas da descolonização e propõe ainda um espaço dedicado às testemunhas dos assinantes. O fragmento escrito por um leitor anónimo, publicado pela redação num texto sucessivo cujo título revela claramente o tom de denúncia, *Acusamos! A descolonização* (1976), expõe o tom frustrado e polémico do retornado:

Retornado, desalojado, adido, refugiado, colonialista, fascista, reacionário, eis os títulos que adquirimos após 500 anos em África e de fazer inveja ao nosso Rei D. Manuel. O “velho do Restelo” viu-nos partir em naus e caravelas, mas profetizou que regressaríamos aos magotes, em traineiras, aviões franceses, americanos, alemães, suíços, russos, com “as calças na mão”, envergonhados dum passado que, após o 25 de Abril, nos disseram ser ignóbil e revoltante (*Acusamos!*, autor anónimo, 1976, p. 87).

Convenientemente, os retornados tornam-se no principal bode expiatório a quem se atribuiu a culpa colonial. Foi a nação imperial, de facto, a protagonista da aventura, coletivamente imaginada, desde a “descoberta” do Brasil. A necessária identificação do retornado como a principal engrenagem dentro do sistema violento favorece a possibilidade de defini-lo como o único responsável pelo projeto colonial, isto é, de circunscrever a culpa. É evidente que existem responsabilidades jurídicas próprias, relativas aos crimes cometidos no espaço colonial e que foram orientadas por uma ideologia racista amplamente partilhada. Não só os brancos das colônias foram os principais beneficiários do sistema desigual, baseado na discriminação racial que desfavorecia a maioria negra, como a consciência coletiva portuguesa é também a de um povo que construiu a ideia de nação a partir da mitologia colonial e da glorificação da colonização.

O limite de apreensão da identidade (pós)colonial do retornado cria o risco de identificá-lo como o único responsável pela obra colonial e, por outro lado, de ocultar as suas responsabilidades coloniais perante a compaixão suscitada pela sua tragédia pessoal. Como figura que assinala o trânsito de Portugal da longa fase colonial à contemporaneidade pós-colonial e democrática, o retornado é ao mesmo tempo culpado e não culpado, o carrasco e a vítima. Enquanto significante plural, o termo “retornado” coagula essas contradições, mostrando ao mesmo tempo um vazio e uma crise ou, podemos dizer, um limite do pensamento. O branco de África é o portador de uma culpa derivante das circunstâncias coloniais nas quais se insere

como privilegiado. Ao mesmo tempo, a sua culpa reflete uma experiência coletiva dos portugueses enquanto “heróis do mar”, citando o hino nacional.

Pela aporia que exprime, por meio da categoria crítica derivada do pensamento de Eduardo Lourenço, o retornado assinala um “impensado” (pós-)colonial, consequência das dobras criadas pelo “colonialismo inocente”. Citando então a notória definição de Lourenço, podemos falar do colonizador português apenas a partir de uma problemática, contraditória e não absolutória “inocência colonial”, sendo o retornado, ao mesmo tempo, o produto da colonização e o produtor do colonialismo português. A sua aporia não é apenas “impensada”, isto é, ocultada, como é também apreensível só como “impensável”, ou seja, orientando o pensamento no sentido contrário da lógica imediata que o descreve. A possibilidade de descrever a condição do retornado usando o léxico crítico lourençiano, como “impensado pensável”, visa assinalar uma aporia que abre a uma crise conceitual, a fenda através da qual o olhar lourençiano se articula. Como refere Roberto Vecchi, Lourenço é um “crítico de crise”, isto é, um “pensador que situa o seu olhar nas contradições conceituais e nas consequências que emergem de conjunturas históricas complexas como aquelas criadas pela guerra em África e pela descolonização” (Vecchi, 2023, p. 114). Continuando com Roberto Vecchi:

Uma vez que a crise evidencia sempre limites de pensamento, pois nunca se deixa apreender por inteiro, pois nunca fica totalmente exposta em seus excessos, a possibilidade de ser inteiramente pensada é também limitada. Ao pensamento que a desafia fica sempre mais evidente a própria precariedade, justamente o próprio limite. Por isso define-se a importância de uma categoria-imagem lourençiana menos discutidas, mas que possui, eu creio, um potencial crítico extremamente cortante –a ideia do impensado. A força decorre, por um paradoxo só verbal, da possibilidade de o crítico intuir e, portanto, poder pensar o impensado. A crise aliás reproduz, por assim dizer, um dualismo dinâmico, sendo, até etimologicamente, algo que gera a partir de uma instabilidade, de um processo de separação, de divisão, de decisão justamente (Vecchi, 2023, p. 116).

O pensamento situado na fratura não visa apaziguar os elementos heterogêneos que descrevem a identidade do português de África, mas tenta reconfigurar os critérios a partir dos quais se sanciona ou deslegitima o seu papel político e simbólico perante a experiência colonial. O pensamento de Lourenço procede na contramão das tentativas superficiais de rotular os portugueses vindos das ex-colónias, articuladas no processo revolucionário. No momento em que o imaginário sobre o retornado se encontrava ainda numa fase inicial, Eduardo Lourenço deteta os riscos da cristalização da imagem em ambos sentidos – do retornado como vítima e também como único responsável pela colonização. O tom da crítica é cortante. No ensaio *Psicanálise mítica do destino português*, o filósofo recorre a expressões duras para criticar a maneira como os portugueses vivenciaram a perda do império e identifica, nos retornados, mais uma ruína do passado africano, proporcionando uma imagem anti-heróica do velho império destruído. Os retornados não passariam de “pedras vivas da imperialidade amontoadas ao acaso no aeroporto de Portela, (pequena porta, portaló de espécie particular para a recolha do lixo imperial)” (Lourenço, 2014, p. 38-39).

No calor da hora revolucionária, Eduardo Lourenço reconhece a dificuldade de definição ligada à identidade do retornado, pondo em relação a figura do ex-colonizador à paisagem política do país em fase de redemocratização, num discurso em que a situação pública e a condição privada dos ex-residentes das colónias coexistem de forma problemática. Num

artigo de 1976, publicado pela primeira vez no *Diário de Notícias* no dia 27 de fevereiro de 1976 e depois na obra *O fascismo nunca existiu*, Lourenço proporciona mais uma abordagem crítica ao impensado colonial situando o olhar na contradição constituída pela presença da dor íntima e a questão da atribuição da culpa. O tom do artigo “Apelo ao(s) retornado(s)”⁸ coloca-se de facto na contramão das posturas mais correntes à época sobre a condição dos portugueses de África. Em vez de explorar a emotividade que permeava o debate público tenso do pós-25 de Abril, o autor articula um convite ao exercício da lucidez. O seu raciocínio deteta o problema da falta de uma estrutura simbólica capaz de traduzir a condição do português de África no novo contexto pós-colonial, antecipando os riscos ligados à construção acrítica do imaginário sobre o fim do colonialismo português. O drama dos retornados, de facto, para além do plano material, foi antes de tudo aquilo que o filósofo define como uma “tragédia cultural” (Lourenço, 2014, p. 250). A falta de uma linguagem simbólica partilhada através da qual teria sido possível (des)codificar a experiência traumática produziu vazios e distorções. Os estudos culturais mostram o papel da narrativa na inscrição do trauma no contexto público, sublinhando a importância do discurso na definição da identidade da vítima e no reconhecimento da culpa dos perpetradores. Como sublinham Eyerman e Sciortino:

O significado dos acontecimentos traumáticos e o sentimento (ou a ausência) de solidariedade para com as vítimas e a indignação em relação aos perpetradores nunca é a consequência direta da dor. Tal resultado é uma conquista cultural, que exige o estabelecimento de uma história que defina de forma eficaz a natureza das vítimas e a culpa extraordinária dos perpetradores. Essa história deve ter a capacidade de demonstrar que o sofrimento narrado tem um significado amplo, comandando energia emocional e moral suficiente para desencadear alguma forma de traumatização vicária entre os membros da coletividade que nunca vivenciaram o sofrimento, e mesmo entre aqueles que não pertencem ao grupo vitimizado (Eyerman; Sciortino, 2020, p. 25-26, tradução própria).⁹

A moldura simbólica criada pelos novos valores democráticos trazidos pela descolonização torna mais difícil a inscrição pública do retornado como figura do interstício: vítima e carrasco ao mesmo tempo, colonial e pós-colonial. Ao mesmo tempo, a dificuldade na atribuição da culpa decorre, precisamente, da persistência do dispositivo simbólico luso-tropical baseado numa dinâmica de exaltação estéril da diversidade. Na realidade, não apenas a afirmação retórica da diversidade constitui o principal mecanismo de negação da violência, mas garante uma transição rápida de Portugal de nação imperial à nação sem culpa. A culpa

⁸ Publicado pela primeira vez no *Diário de Notícias*, em 27 fevereiro de 1976 e posteriormente incluído em *O fascismo nunca existiu* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1976, p. 185-191) e em *Do colonialismo como nosso impensado*, (organizado por Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi, Lisboa, Gradiva, p. 233-243).

⁹ “The meaning of traumatic events is the outcome of a process of signification and narration. The meaning of events, and the associated feeling (or lack thereof) of solidarity with the victims and of indignation toward the perpetrators, is never a direct consequence of the actual suffering. Such an outcome is a cultural achievement, one that requires establishing a story that successfully defines the nature of the victims and the extraordinary guilt of perpetrators. Such a story must have the capacity to demonstrate that the narrated suffering has wide meaning, commanding enough emotional and moral energy to trigger some form of vicarious traumatization among members of the collectivity who never experienced the suffering, and even among those who do not belong to the victimized group” (Eyerman; Sciortino, 2020, p. 25-26).

foi restrita ao grupo mais próximo do contexto colonial. Por sua vez, os retornados não foram capazes de reconhecer as verdadeiras razões do drama que os atingiu. Citando Lourenço:

Os mais abertos admitiram, sem dúvida, uma conversão paternalista, uma revisão dilacerante ou reafirmação em termos progressistas, das relações humanas e sociais entre “colonizados” e “colonos”. O fundo do drama, o que nele há simultaneamente de doloroso e sublime é que essa distinção, embora vivida e inscrita nas relações de propriedade, de convívio e de cultura, não era percebida como tal. Tal é a essência do famoso “colonialismo diferente” de lusa expressão (Lourenço, 2014, p. 249).

O repatriado beneficia do projeto colonial e é também uma “vítima” das consequências da guerra. A restituição da complexidade à figura do retornado pela tentativa de superar o binómio da “vítima-perpetrador” pode proporcionar um espaço de ambiguidade, isto é, de diluição da culpa. A impossibilidade de síntese dialética associa o problema da definição – do nome – a um risco ético. Por um lado, a atribuição da culpa colonial ao retornado transforma-o no bode expiatório da sociedade portuguesa. Por outro lado, a representação do repatriado como vítima (especialmente no imaginário que sobrepõe a sua condição à do “refugiado”), encobre o abuso colonial em que se insere a sua experiência de migração. Por isso que Lourenço distingue entre uma “culpabilidade inocente” (Lourenço, 1976, p. 246) – isto é, a culpa associada a uma consciência de colonos que não se reconhecem como engrenagem dentro do sistema colonial – e uma “culpabilidade política”, que cabe à classe dirigente. Essa culpa política diz respeito à incapacidade – ou, seria melhor dizer, à não vontade – por parte da classe política, de mostrar aos retornados aquela contradição que acabaram inevitavelmente por ocupar. Como sublinha Lourenço:

[A culpa foi de] não ter exibido, martelado aos ouvidos dos colonos a irreversível condição colonial na qual eles se encontravam [para] “subtraí-los a um colonialismo inerente a esse estatuto sem os rejeitar da colonização como processo histórico irreversível, tal como até então o tinham praticado e vivido (Lourenço, 2014, p. 246).

A possibilidade de subtrair o retornado à elaboração de uma memória nostálgica sobre o passado colonial reside na desmontagem da leitura luso-tropical de Portugal como “colonizador bom”, bem como no reconhecimento da heterogeneidade como elemento característico do sujeito pós-colonial e das suas memórias plurais. A ampliação do leque de posições para além da dicotomia entre vítima e perpetrador permite sustentar a presença de múltiplos planos num sujeito histórico ambíguo. Contudo, trata-se de uma operação epistemologicamente delicada, na medida em que pode, simultaneamente, reforçar a própria ambivalência que procura problematizar – isto é, abrir margem para uma certa arbitrariedade na definição da posição do sujeito face às dinâmicas do poder. A valorização da porosidade das fronteiras identitárias, neste contexto, compromete o julgamento ético da violência, ao favorecer leituras mitificadas ou revisionistas da história colonial. Lourenço parece estar ciente dessa tensão. Não por acaso, o seu apelo dirige-se tanto ao retornado (no singular) como aos retornados (no plural), esta duplidade, inscrita desde o título do texto, introduz uma distinção crucial, que se articula com as questões da responsabilidade histórica e da legitimidade de categorias como “drama”, “culpa”, “vítima” e “perpetrador” no âmbito de um colonialismo não “inocente”. Por outras palavras, a legitimidade da memória dos retornados – enquanto

narrativa de um drama vivido e de sujeitos profundamente marcados pela guerra e pela experiência de deslocação forçada – deve ser diferenciada da figura do retornado enquanto ex-colonizador, tal como esse emerge no tempo histórico que assinala o fim de cinco séculos de domínio colonial português. Os dois aspectos coexistem e ambos participam na construção de uma visão dialética sobre o passado mostrando a imagem dos retornados, para citar Roberto Mulinacci, como “metonímias capazes de transmitir, sob a bandeira de um destino privado, o sentido de uma história que os transcende”¹⁰ (Mulinacci, 2004, p. 313). No *Apelo*, essa distinção entre o destino privado dos retornados e a trajetória do retornado dentro da moldura histórica e colonial confluem numa culpa colonial articulada como responsabilidade que cabe a toda a sociedade portuguesa, uma responsabilidade coletiva que diz respeito a Portugal como sujeito histórico e político do colonialismo europeu. O que o filósofo revela é o problema da natureza trágica, anti-dialéctica e sem síntese da trajetória dos portugueses da África colonial, enquanto agentes e, ao mesmo tempo, produtos da história colonial. A distinção que o autor leva a cabo permite devolver, através da dor privada, o sentido coletivo de uma responsabilidade que pertence à nação inteira. O apelo não se constrói a partir de uma solicitação à emotividade, nem como não uma manifestação de negligência perante o trauma íntimo; mas vai além, articulando-se como a afirmação de uma oposição diferencial. Ao mesmo tempo, a tentativa de detetar e desativar os riscos ligados à manipulação do “capital de sofrimento” associado ao retorno como momento dramático é acompanhado por uma advertência “anti-lusotropical” que Lourenço dirige aos retornados: “Que os retornados não se enganem duas vezes [...] Sobretudo, que não recreiem em Portugal [...] o mito dos bons pastores, de pais dos pretos, rebento intragável do infantilismo colonial mais cego” (Lourenço, 1976, p. 250-251, tradução própria).

A cobertura discursiva que o autor reconhece na narração luso-tropical, persiste intacta na memória colonial. A falta de diálogo franco entre o regime e a sociedade civil parece, em parte, ainda vigente no pós-25 de abril, o que determina a reprodução de velhas mitologias. Nos anos sucessivos à revolução, o vazio comunicativo acerca das verdadeiras razões que produziram o retorno coincide problematicamente com as esperanças neocoloniais dos retornados (e não só deles). Continuando com Lourenço:

O diálogo lúcido e cordial que um retornado, enfim com o uso pleno da palavra, pede nestas colunas, como forma de inserção natural no contexto da vida portuguesa onde, ele e os seus pares, se sentem marginalizados e incompreendidos, alguns de nós o travaram no silêncio e por conta própria. Mas o País não o levou a cabo em tempo útil, nem no anterior regime onde questões deste género não eram de circunstância, nem de- pois do 25 de Abril, em que *um só homem político*, que não é nenhum dos que hoje caçam o voto dos retornados, manifestou qualquer preocupação nesse sentido (Lourenço, 2014, p. 244).

Em conclusão, poderia-se dizer, Lourenço mostra uma outra e mais problemática genealogia do retorno. O início da história segundo a qual o retornado foi “vítima” não é, como aparenta, a descolonização, mas condiz, ao contrário, com a colonização de que ele próprio foi parte ativa. Trata-se, refere o autor, de uma “tragédia de consequências previsíveis”,

¹⁰ “metonimie capaci d trasmettere, sotto la bandiera di un destino privato, il senso di una storia che li transcende” (Mulinacci, 2004, p. 313).

alimentada por “ilusões colonialistas” de que os colonos eram, “por fatalidade, as vítimas propiciatórias e lamentáveis” (Lourenço, 2014, p. 245). A descrição dos retornados como “vítima propiciatória” em favor da boa consciência da nação revela um olhar duplo. Por um lado, a identificação vitimária permite ao retornado ocupar uma posição reivindicativa a partir da qual pedir uma compensação pelas perdas materiais. Trata-se da possibilidade de indemnização que hoje em dia seria problemática, sobretudo de um ponto de vista ético. Por outro lado, a culpa do retornado atua a favor da “inocência” de Portugal. A culpa de uma parte salva a consciência do todo. Nesse quadro, a permeabilidade da dimensão privada e daquela coletiva vem à tona. Se olharmos da perspetiva da metrópole em fase de reestruturação democrática, quem retorna a Portugal são os perpetradores: os antigos colonos e os ex-combatentes do exército. Enquanto a memória da guerra colonial combatida em África e dos crimes aí cometidos beneficiou da aura de heroísmo associada aos capitães do Movimento das Forças Armadas que derrubaram a ditadura, a experiência dos retornados coincide inteiramente com o passado colonial e é, por isso, só condenável. O retornado é, citando Lourenço, “um ator anónimo” de uma engrenagem violenta em que não se reconhece como agente:

O que aconteceu a cada retornado não lhe aconteceu a título de *indivíduo*, nem sequer a título de *explorador* com responsabilização *privada* numa colonização de súbito convertida pela tomada de consciência africana em *colonialismo odioso*, [...] Quem lhe atirará a primeira pedra? Como, ao fim de 50 anos de apoteose colonizadora (se não 500) e de treze de cruzada colonialista na qual – e os de boa-fé o admitirão – a grande maioria acreditou e participou, *era possível admitir que (em todos os domínios...) o preto era branco e o branco preto...?* (Lourenço, 2014, p. 244).

A estigmatização, parece sugerir Lourenço, foi, portanto, necessária à redefinição dos termos para a construção do novo Portugal. Isto não quer dizer, contudo, que os colonos não fossem colonialista, muito pelo contrário, significa que Portugal também o era, e sobretudo. O problema reside na transferência (ilusória) da culpa que acaba por se tornar num apagamento da consciência coletiva sobre o passado colonial do país:

Embora organicamente colonizadores (mais que não fosse pela inconsciência de não saber que o eram, sendo-o superlativamente), a maioria dos portugueses só se sentia *colonialista* por conta alheia (os colonos), como se sentiu *anticolonialista* pela mesma razão, ao descobrir que esses «colonos» se haviam convertido num obstáculo à solução do nosso drama nacional. A partir daí só podiam ser vistos como uma *causa perdida*, o que sempre haviam sido sem que isso nos tivesse jamais posto qualquer problema (Lourenço, 2014, p. 245).

Se, de um ponto de vista histórico, o *retornado* pode ser considerado como uma “causa perdida” (Lourenço, 1976, p. 245), há ainda o plano simbólico e memorial a ser considerado. A construção de uma memória pública e coletiva sobre o retorno e sobre toda a experiência colonial de língua portuguesa continua, ainda hoje, a ser um processo em aberto sujeito às releituras proporcionadas pela passagem do tempo. As crises abertas pelo momento pós-colonial colocaram em discussão os modos como a identidade dos portugueses e de Portugal tinha sido pensada até então. Neste contexto, a identidade do retornado constrói-se na relação com as heranças coloniais permanentes, que continuam a precisar de (re)formulações eficazes. A persistência da ideologia luso-tropical e a reemersão de discursos violentos, que ainda hoje

sustentam as práticas racistas, constituem impedimentos à possibilidade de descolonizar as identidades do ex-colonizador e do ex-colonizado para além da dicotomia colonial.

No *Apelo*, Eduardo Lourenço mostra uma tentativa, ultrapassando as narrativas cristalizadas que têm moldado a figura do português de África. O filósofo afasta-se, por um lado, da representação do retornado como vítima e protagonista de uma reintegração pacífica no espaço nacional; por outro, problematiza a narrativa negativa e paradoxal que o rejeita enquanto elemento exógeno ao mesmo tempo que o responsabiliza, de forma exclusiva, pela colonização. O autor reconhece, na produção desta dicotomia de imagens, não apenas a diversidade de experiências vividas, mas denuncia também a postura política esquizofrénica de Portugal face à perda do império: glorificado até à Revolução de Abril e, logo depois, deslegitimado a nível coletivo. Esta oscilação reflete, de facto, a dificuldade de definir quem é o retornado e quem é Portugal em relação a ele no pós 25 de abril, evidenciando a aporia que separa o português de África dos restantes portugueses mas que também permite interpretar a nação como um todo. De facto, o drama da descolonização não se limitou à dimensão privada dos retornados: representa uma tragédia coletiva e cuja responsabilidade recai sobre a ex-nação imperial e colonial e, sobretudo, sobre o seu presente.

Referências

- ADAM, Mariana. Portugal deve “pagar custos” da escravatura e dos crimes coloniais, diz Marcelo. *Público*, Lisboa, 24 abr. 2024. Disponível em: <https://www.publico.pt/2024/04/24/politica/noticia/portugal-pagar-custos-escravatura-crimes-coloniais-marcelo-2088143>. Acesso em: 4 mar. 2025.
- ACUSAMOS a descolonização, *Jornal O Retornado*. Lisboa: Editora Literal-Selecta, 1976.
- BHARGAVA, Rajeev. Overcoming the epistemic injustice of colonialism. *Global Policy*, New Delhi, University of Durham, Center for the Study of Developing Societies, v. 4, n. 4, p. 413-417, nov. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12093>. Acesso em: 27 fev. 2025.
- CARDINA, Miguel. *L'attrito della memoria: Colonialismo, guerra e decolonizzazione nel Portogallo contemporaneo*. Milano: Meltemi, 2023.
- DACOSTA, Fernando. *Os retornados estão a mudar Portugal*. Lisboa: Relógio d'Água, 1984.
- EYERMAN, Ron; SCIORTINO, Giuseppe (ed.). *The Cultural Trauma of Decolonization: Colonial Returnees in the National Imagination*. Digital Edition. Palgrave Macmillan, 2020. p. 25-26.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global Editora, 2003.
- HALL, Stuart. When was ‘the Post-colonial’? Thinking at the Limit. In: CHAMBERS, Ian; CURTI, Lidia (org.). *The Postcolonial Question: Common Skies. Divided Horizons*. London: Routledge, 1996. p. 242-260.
- KALTER, Christoph. Gente pós-colonial: Quem eram os retornados? In: PERALTA, Elsa; GOÍS, Bruno; OLIVEIRA, Joana (org.). *Retornar: Traços de Memória do Fim do Império*. Lisboa: Edições 70, 2017. p. 103-120.

LEITE, Moreira Rui. A miragem brasileira. *Colóquio/Letras*, Fundação Calouste Gulbenkian, n. 171, maio 2009, p. 296-312. Disponível em: <https://coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/do?bibrecord&id=PT.FCG.RCL.8886&org=I&orgp=171>. Acesso em: 1 mar. 2025.

LOURENÇO, Eduardo. A propósito de Freyre (Gilberto). *O Comércio do Porto*, 11 jul. 1961. Publicado posteriormente em: Ocasional I – 1950–1965. Lisboa: Edições Regras do Jogo, [1984?]. s. p.

LOURENÇO, Eduardo. Brasil: caução do colonialismo português. In: RIBEIRO, Margarida Calafate; VECCHI, Roberto (org.). *Do colonialismo como nosso impensado*. Lisboa: Gradiva, 2014. p. 21-35.

LOURENÇO, Eduardo. Um apelo ao(s) retornado(s). In: RIBEIRO, Margarida Calafate; VECCHI, Roberto (org.). *Do colonialismo como nosso impensado*. Lisboa: Gradiva, 2014. p. 233-243.

MULINACCI, Roberto. L'ombra di Camões. l'impossibile ritorno della storia in as nauis di António Lobo Antunes. In: ALBERTAZZI, Silvia; VECCHI, Roberto; BARNABA, Maj (org.). *Periferie della storia: il passato come rappresentazione nelle culture omeoglotte*. Macerata: Quodlibet, 2004. p. 307-366.

PEREIRA, Rebecca. "Ripensando l'"eccezione" portoghese. (Post)memorie traumatiche nel contesto post-coloniale lusofono". In: BELLIA, L.; CASALES, F.; CIAPPI, E. (org.). *Conflicting subjects. Between clash and recognition*. Pavia: Pavia University Press, 2022, p. 63-79.

PIRES, Rui Pena. *Migrações e Integração*: teoria e aplicações à sociedade portuguesa. Oeiras: Celta Editora, 2003.

RIBEIRO, António Sousa. O povo e o público. Reflexões sobre a cultura em Portugal no pós-25 de Abril. *Revista de Ciências Sociais*, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 18/19/20, fev. 1986, p. 11-26. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/11678>. Acesso em: 1 mar. 2025.

RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma história de regressos: Império, Guerra colonial e Pós-colonialismos*. Porto: Afrontamento, 2004.

RIBEIRO, Margarida Calafate; VECCHI, Roberto (org.). *Do colonialismo como nosso impensado*. Lisboa: Gradiva, 2014. p. 21-35.

VECCHI, Roberto. Impensado. In: RIBEIRO, Margarida Calafate; VECCHI, Roberto. Eduardo Lourenço: *Uma geopolítica de pensamento*. Porto: Edições Afrontamento, 2023. p. 113-122.